

**AGROECOLOGIA E FUMICULTURA NA COMUNIDADE RURAL  
ARROIO GRANDE (IRATI-PR): REPERTÓRIOS DE AÇÃO E  
RESISTÊNCIAS CAMPONESAS**

**AGROECOLOGÍA Y CULTIVO DE TABACO EN LA COMUNIDAD  
RURAL ARROIO GRANDE (IRATI-PR): REPERTORIOS DE  
ACCIÓN Y RESISTENCIAS CAMPESINAS**

**AGROECOLOGY AND CULTIVATION OF TOBACCO ON THE  
“ARROIO GRANDE” RURAL COMMUNITY (IRATI-PR):  
ACTIONS’ REPERTOIRE AND RURAL RESISTANCES**

**Fernanda Keiko Ikuta<sup>1</sup>**  
*fkikuta@unicentro.br*

**RESUMO:** O avanço do capital no campo produz diferentes conflitos e matizes de resistências e subordinação camponesa. Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo analisar duas formas de resistência a partir de experiências camponesas na Comunidade Arroio Grande (Irati-PR): uma baseada na agroecologia, como parte de um projeto de agricultura de r-existência; e outra que tem suas bases fundadas na integração e subordinação ao desenvolvimento capitalista no campo por meio do cultivo do tabaco.

**Palavras-chave:** Resistências, agroecologia, fumicultura, repertórios de ação.

**RESUMEN:** El avance del capital en el campo produce diferentes conflictos y matices de resistencias y subordinación de los campesinos. En ese sentido, el presente texto tiene como objetivo analizar dos formas de resistencia a partir de experiencias campesinas en la comunidad rural Arroio Grande (Irati-PR): una basada en la agroecología, como parte de un proyecto de agricultura de r-existencia; y otra que tiene sus bases fundadas en la integración y subordinación al desarrollo capitalista en el campo por medio del cultivo del tabaco.

**Palavras-chave:** Resistencias, agroecología, cultivo de tabaco, repertorios de accion.

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)/Irati (PR). Líder do grupo de pesquisa Coletivo de Estudos e Ações em Resistências Territoriais no Campo e na Cidade (CERESTA), coordenadora pedagógica do Projeto de Extensão Universitária Feira Agroecológica (UNICENTRO) e membro do Observatório da Questão Agrária no Paraná.

**ABSTRACT:** The progress of capital on the countryside causes different conflicts and hues of resistances and peasant subjugation. In this regard, this text's goal is to analyze two types of resistance from peasants' experiences on "Arroio Grande" Community (Irati-PR): one of them based on agroecology as a part of a project on the resistance of agriculture, and the other one based on the integration and subjugation to the capitalist development on the countryside through the cultivation of tobacco.

**Key word:** resistances, agroecology, cultivation of tobacco, actions' repertoire.

## **INTRODUÇÃO: ENTRE R-EXISTIR E RESISTIR NO CAMPO**

Entre as contradições e as desigualdades produzidas pelo processo de modernização conservadora da agricultura e da revolução verde, se engendram diferentes matizes de resistência ou subordinação camponesa. Consideraremos aqui duas formas de resistência a partir de experiências camponesas na Comunidade Arroio Grande (Irati-PR): uma baseada na agroecologia, como parte de um projeto de agricultura de r-existência; e outra que tem suas bases fundadas na integração e subordinação ao desenvolvimento capitalista no campo por meio do cultivo do tabaco.

Para que a **reprodução social camponesa** ocorra, ou seja, para que a necessidade de reprodução socioterritorial seja atendida, uma forma de resistência é a construção de repertórios de ação que busquem garantir a autonomia em relação ao sistema agrícola capitalista, tal como é feito via a prática agroecológica. Neste caso, a **r-existência** implica enfrentar os conflitos pela negação do conjunto de subordinações e degradações impostas pela lógica do capital ao homem/a mulher e a natureza, por meio da **reinvenção das formas de existência**. Isto é dizer que, **reinventar os modos de existir** buscando o controle e a autonomia sobre os meios de produção, sobre a jornada de trabalho e o resultado de sua produção; o respeito aos ritmos e aos processos da natureza etc., significa **r-existir** à agricultura capitalista.

Todavia, para se manter no campo, outra forma de resistência camponesa pode ser considerada: no sentido oposto da r-existência apresentada acima, há camponeses/as que buscam **resistir se integrando e se subordinando ao desenvolvimento capitalista no campo**. O exemplo que trazemos, demonstra que a decisão por permanecer no campo é forjada, por exemplo, a partir da integração à indústria do **tabaco**.

No presente texto, apresentamos o caso das famílias da comunidade rural Arroio Grande pertencente ao município de Irati (PR). Nesta comunidade, as famílias camponesas passaram por diversos conflitos e resistências que, em nossa avaliação, são representativos

do campesinato do município, pois sintetiza a característica fundiária local – predominantemente composta por pequenos proprietários rurais – e uma diversidade de experiências de produção, comercialização e de processos organizativos. Com uma experiência faxinalense em sua origem, a partir dos anos 2000, algumas famílias do Arroio Grande construíram repertórios de ação que as permitiam r-existir via a agroecologia e outras buscaram resistir pela integração e subordinação ao desenvolvimento capitalista no campo. O cultivo do fumo, do feijão, do milho e da soja estão entre os principais na comunidade, mas como recorte analítico deste texto, destacaremos e analisaremos os conflitos e as resistências das famílias que estão integradas à indústria do tabaco.

Analisaremos, ainda, os repertórios de ação das famílias camponesas do Arroio Grande em dois momentos: o primeiro que retrata o histórico de formação da própria comunidade e que culminará na organização da Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos São Francisco de Assis (ASSIS); e os repertórios de ação atual, que ocorre após o processo de criminalização.

Por *repertórios de ação*, entendemos o conjunto de formas de ação/atividade política. Nas palavras de Tilly (2010, p. 136-137):

Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de campanha); O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de repertório dos movimentos sociais).

Como veremos na sequência, as famílias constroem uma série de mecanismos para r-existir e manter a agroecologia como horizonte.

Tomamos como base teórico-metodológica a pesquisa-ação-participativa (BORDA, 1981; FARFÁN; GUZMÁN, 2012), desenvolvida por meio de nossa participação no Projeto de Extensão Universitária Feira Agroecológica (UNICENTRO)<sup>2</sup>, na pesquisa

---

<sup>2</sup> A *Feira Agroecológica* é um projeto de extensão universitária formado por uma equipe multidisciplinar da UNICENTRO/Guarapuava e Irati (PR) e existe desde 2009. O principal objetivo do projeto é a promoção de um espaço onde se promova tanto a comercialização de alimentos agroecológicos (in natura e processados) e produtos artesanais das famílias camponesas, assim como o diálogo e a troca de experiências e saberes entre a universidade e a comunidade. No Campus de Irati a formação de agricultores, alunos, professores, consumidores e comunidade em geral é promovida por meio das Rodas de Mate e Debate, das Oficinas de Agroecologia nas Escolas Públicas e da organização e participação em eventos (científicos e de movimentos sociais). O projeto compõe o Programa de Extensão *Território, Meio ambiente, produção e comercialização agroecológica* e o Núcleo Multidisciplinar de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (UNICENTRO/CNPq), por meio dos quais oferece assistência técnica aos agricultores, como a certificação

continuada e nas orientações de iniciação científica; o debate sobre os conflitos e as diferentes matizes de resistências no campo; os trabalhos de campo e as entrevistas<sup>3</sup> junto aos agricultores.

## **REPERTÓRIO HISTÓRICO: DO FAXINAL À ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE AGRICULTORES ECOLÓGICOS SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

No final do século XIX, cinco famílias caboclas (mistura de raças indígena e portuguesa) fundam a comunidade rural Arroio Grande, no município de Irati (Paraná), que, a partir do ano de 1907, recebe os imigrantes de origem europeia (poloneses e ucranianos). Até meados da década de 1980, os camponeses da comunidade viviam do cultivo da erva-mate, da madeira (araucária) e da criação de animais (galinha, vacas de leite e porco) em uma forma organizativa denominada *Faxinal* (MOREIRA, 2015; PRADO, 2015 e entrevistas).

Tavares (2008) explica que a origem dos faxinais no Paraná ocorre a partir da população que vai adentrando as matas dos pinheirais, provavelmente no intento de fugir do jugo dos senhores das sesmarias, isto é, em busca de autonomia. As comunidades faxinalenses, recorrentes na região Sul do País e em partes do estado de São Paulo, têm uma forma específica de organização baseada no trabalho familiar, no uso comum da terra e dos recursos naturais. A convivência entre as atividades produtivas e a mata nativa é outra característica marcante nas práticas tradicionais faxinalenses. Os povos dos faxinais realizam o controle coletivo de fontes d'água, portões, mata-burros, pastagens comuns e roçados (ALMEIDA; SOUZA et al, 2009). Em um mapeamento situacional dos faxinais no Paraná, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), identificou, no ano de 2009, duzentos e vinte e sete faxinais presentes em diferentes municípios e regiões do

---

orgânica, laboratório de homeopatia e produção de mudas e sementes. Em Irati, as famílias que participam como agricultores/feirantes pertencem à comunidade Arroio Grande e ao Acampamento Mario Lago (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

<sup>3</sup> Como veremos no decorrer do texto, até 2013 foram dezenas, mas nos dias de hoje, são apenas três as famílias que r-existem pela agroecologia na comunidade Arroio Grande. Assim, nossa pesquisa-ação-participativa é resultado de um acompanhamento, sobretudo de duas dessas famílias (uma delas têm menor participação junto ao nosso coletivo), que ocorre há 4 anos, desde que iniciamos as atividades junto a feira agroecológica na universidade. Desta maneira, as entrevistas não estão datadas pois algumas foram realizadas formalmente e outras informalmente, durante a realização das feiras semanais, das dezenas de diálogos/debates realizados nas atividades que promovemos dentro e fora da universidade, nos trabalhos de campo e nos eventos que participamos juntos. Algumas dessas entrevistas estão registradas nos videodocumentários que o coletivo do projeto foi realizando e podem ser acessadas por meio do facebook da Feira, disponível em: <https://www.facebook.com/feiraagroecologicaunicentro/videos>.

estado. Somente no município de Irati, 14 faxinais foram reconhecidos pelos faxinalenses locais (ALMEIDA; SOUZA et al, 2009, p. 114-131)<sup>4</sup>.

Neste sentido, o agricultor R<sup>5</sup>. relata que sua família está na comunidade há três gerações: seus avós paternos nasceram no, então, faxinal. Ao narrar o histórico familiar, o entrevistado revela as mudanças nas práticas produtivas e organizativas da comunidade:

Meu avô vivia da erva-mate, da madeira e do porco. A erva e o porco era para consumo [da família] e para [comercializar no] comércio local. Meu pai já foi para o cultivo de milho, feijão, mandioca e continuou com o porco. O que ele [pai] mais plantava nos anos 1940 era o feijão. Nessa época ainda era faxinal. Mas no final dos anos 80, mais ou menos, entrou um prefeito e com os problemas que já tinham na comunidade, se decidiu acabar com o faxinal. Tirou os mata-burros, as porteiras e acabou. Aí muda tudo, começam a plantar fumo, milho e soja e a usar veneno. A maioria das famílias. Hoje 3% trabalham com a lavoura. E muita gente foi embora para a cidade. Pra você ter uma ideia, a família da minha esposa eram em onze filhos, hoje só ela permanece [no campo], os outros irmãos foram todos para a cidade. (Entrevista 1).

Como podemos apreender a partir do depoimento acima, quando a comunidade deixa de se organizar a partir das formas tradicionais faxinalenses de uso comum da terra e dos recursos naturais, mudam também as atividades produtivas desenvolvidas e com elas, as relações comunitárias, como veremos mais à frente. Isto quer dizer que, nesse processo, a dimensão socioeconômica e cultural da comunidade é refeita e resulta em novos conflitos e resistências territoriais.

A reconfiguração territorial ocorrida na comunidade é fruto do avanço do capital no campo. A comunidade resiste ao modelo da modernização agrícola conservadora e a monocultura químico-dependente até o final da década de 1980, quando a indústria do tabaco, do milho e da soja, entre outras, contribuem para o esgarçamento do elo comunitário<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Na década de 2000, a forma organizativa dos povos dos faxinais ganha força em um processo de autodefinição em que esses agentes sociais utilizam a identidade de faxinalense e formam movimentos sentido político-organizativo: é a designada Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, criada em setembro de 2005. “A capacidade mobilizatória dos faxinalenses tem como uma de suas maiores conquistas a Lei n. 15.673 de 13 de dezembro de 2007. que dispõe sobre o reconhecimento dos faxinais e sua territorialidade pelo Estado do Paraná” (ALMEIDA; SOUZA, 2009, p. 5).

<sup>5</sup> Para preservar a identidade dos entrevistados optamos por manter o anonimato dos mesmos.

<sup>6</sup> Cabe apontar que se parte das comunidades faxinalenses não resistem aos conflitos da modernização e industrialização da agricultura, isto não significa que vem ocorrendo um “processo de desagregação” geral do “sistema faxinal”. Se, de um lado, determinados autores apontam uma incompatibilidade entre esse sistema (ao qual atribuem a ideia do atraso) e a modernização da agricultura no Estado do Paraná, outros pesquisadores e o próprio movimento faxinalense (cuja capacidade mobilizatória é fortalecida nesse processo) apontam conquistas (a Lei n.15.613/2007 que reconhece os faxinais e sua territorialidade; e a Lei Complementar 59/91 que os enquadra como ARESUR - Área Especial de Uso Regulamentado e possibilita acesso legal aos recursos do ICMS ecológico) no Paraná (ALMEIDA; SOUZA et al, 2009). Para informações

Os grandes interesses vinculados à fumicultura e aos grãos<sup>7</sup>, isto é, a expansão do mercado de commodities, minam a diversidade produtiva e a solidariedade comunitária, fazendo com que a comunidade deixe de se reconhecer como um faxinal e abra espaço para o desmatamento, a monocultura e a contaminação dos rios e dos solos. Além dos prejuízos ambientais decorrentes da imposta mercantilização da natureza, a agricultura capitalista se baseia na degradação e na subordinação do trabalho (como veremos de maneira mais aprofundada nos itens à frente).

E é justamente no intento de resistir a esse processo de degradação e subordinação da natureza e do trabalho impostos pelas agroindústrias capitalistas que parte das famílias buscará saídas na agroecologia. A partir desse contexto, as formas de resistências territoriais da comunidade Arroio Grande se diversificam. Se, antes, a territorialidade se materializava em relações comunitárias entorno da diversidade produtiva, predominantemente voltada para o autossustento e associada a um grande percentual de mata nativa; hoje, a qualidade da biodiversidade conflita com a monocultura químico-dependente e pautada nas relações de mercado.

Após duas gerações dedicadas principalmente ao cultivo do tabaco, em 1997, um pequeno grupo de famílias se lança ao desafio do cultivo agroecológico depois de participarem de um processo de formação e capacitação promovido por organizações sindicais, pastorais e não governamentais de educação popular. “A gente estava ficando sempre doente por causa do fumo, então veio o curso de agroecologia e abriu nossas cabeças... decidimos mudar!” (Entrevista 1).

O grupo inicial do Arroio Grande se amplia formando vinte e duas famílias que irão se reunir com constância para o processo de conversão à agroecologia. No decorrer dessa etapa cerca de nove famílias permanecem: “a maioria desistiu porque não queria aguardar o período de conversão” (Entrevista 1). As famílias que se mantêm na agroecologia organizam a comercialização dos alimentos em escolas e depois em feiras nos bairros de baixa renda de Irati. Posteriormente, se articulam com grupos de outros municípios da região (Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares e Rio Azul)

---

sobre as formas de organização, práticas, conquistas e conflitos dos faxinalenses acessar o mapeamento social dos faxinais publicados nos boletins do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, disponíveis no portal virtual <<http://novacartografiasocial.com.br>>.

<sup>7</sup> É válido acrescentar que a lógica da indústria madeireira, no caso, predominantemente a do eucalipto, também está presente na comunidade, ainda que em menor grau (Cf. Tabela 2).

formalizando, em 2003, a Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos São Francisco de Assis (ASSIS) que, passa a fornecer sua produção para as entidades beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal.

A participação no PAA tinha “[...] possibilitado uma rearticulação da comunidade na produção diversificada e de base ecológica, o que permite visualizar uma alternativa ao cultivo de tabaco” (MOREIRA, 2015, p. 102). São várias as atividades que compõe os repertórios de ação desses camponeses e permitem a rearticulação da comunidade e a existência pela agroecologia: a criação da associação; as parcerias e articulações com educadores populares e formais para os processos formativos; as reuniões e coalizões para a elaboração de projetos que darão acesso a editais públicos; a organização de atos públicos etc.

A partir desses repertórios de ação, a associação se fortalece e em 2012 a ASSIS já é composta por 120 famílias associadas, cuja renda principal provem de sua produção de grãos, hortaliças e tubérculos comprados pelo PAA. A Tabela 1, abaixo, demonstra que em 2011 e 2012 a associação acessava valores consideráveis e, embora tenha fornecido alimentos no ano de 2013, até o momento não recebeu o recurso referente ao que foi entregue.

**Tabela 1:** Dados de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos pela ASSIS (em R\$)

2010	2011	2012	2013	2014
0	326.005,64	338.359,98	0	0

Fonte: CONAB (2015).

A ausência do recurso em 2013 decorre do processo de criminalização, que ficou conhecido como Operação Agro-Fantasma. Essa operação da Polícia Federal foi deflagrada entre 2009 e 2013 alegando ter como objetivo investigar supostos desvios no PAA. Ao final de 2013 ocorrem vários processos judiciais e a indevida prisão preventiva de camponeses acusados. Entre os onze presos no Paraná, estavam dois agroecologistas da comunidade Arroio Grande, que, no momento compunham a coordenação da ASSIS. “Em 13 de agosto de 2013, o juiz Sérgio Fernando Moro, à frente da ainda 2ª Vara Federal de Curitiba (hoje 13ª Vara) determinou a prisão preventiva de 11 acusados de fraudarem o

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ao atender o pedido da Polícia Federal, Moro ignorou a posição contrária do Ministério Público Federal (MPF)” (AULER, 2018).

A rigidez e a burocracia do modelo que implementou o PAA, desconsiderou as especificidades do sistema agroecológico (diversidade alimentar e sujeições às mudanças climáticas, por exemplo) e colocou associações e cooperativas de agricultores na ilegalidade.

Mesmo que posteriormente inocentados<sup>8</sup>, o teor da violência político-judicial deixou marcas profundas na agricultura camponesa e familiar. É sabido que em todo o país ocorre um vertiginoso enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos: a previsão é para que o orçamento seja reduzido de 318,6 milhões de reais (em 2017) para 700 mil (em 2018).

No caso estudado, além das prisões infundadas, até o presente momento a ASSIS não recebeu a safra entregue em 2013 e não voltou a acessar novos projetos. A materialização do processo de criminalização na comunidade Arroio Grande provoca ainda, um retorno, de grande parte das famílias, para o cultivo do tabaco. A prisão das lideranças gera um forte impacto negativo sobre a comunidade. Sem o pagamento dos produtos entregues ao PAA, as famílias ficam endividadas e sem renda. Então, os homens vão buscar empregos fora da unidade de produção familiar. Segundo os entrevistados, grande parte dos agricultores migram para Santa Catarina para se empregarem nas obras da empresa Itajui Engenharia de Obras (que realiza construções públicas e privadas, como estradas, aeroportos, indústrias, terraplenagens de grande porte e obras de saneamento).

## **REPERTÓRIO ATUAL: DAS LUTAS E MATIZES DE RESISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO CAMPONESA**

Como vimos, a comunidade Arroio Grande surge como um faxinal e constrói repertórios de ação com base na forma organizativa e territorial faxinalense, pautada na lógica do uso comum. Com a difusão da modernização agrícola conservadora, a comunidade passará por sua primeira modificação com a adesão das famílias à indústria do

---

<sup>8</sup>Conferir a reportagem “Agricultores são inocentados de acusação de desvios no Programa de Aquisição de Alimentos” veiculada no site da Terra de Direitos. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/agenda/agricultores-sao-inocentados-de-acusacao-de-desvios-no-programa-de-aquisicao-de-alimentos/22636>>.

tabaco e o desmonte da prática social comunitária. A agroecologia virá, então, como alternativa à fumicultura e à rearticulação da comunidade.

Todavia, após o processo de criminalização da Operação Agro-Fantasma, a via agroecológica é fragilizada e ocorre um representativo retorno ao cultivo do fumo, gerando nova reconfiguração dos repertórios de ação da comunidade. Segundo os agricultores entrevistados e a pesquisa realizada por Silvana Moreira (2015), conforme a Tabela 2, nos últimos anos, a maior parte das famílias se dedica ao cultivo do fumo e do feijão. O milho também é uma cultura bastante presente, já que é uma *commoditie* com alta procura pelo mercado. No levantamento de campo de Moreira, no ano de 2015, as hortaliças compunham o segundo uso de solo mais importante em termos de renda por hectare e o terceiro em renda média anual, mas, segundo os depoimentos que coletamos dos agricultores que estiveram à frente da liderança da comunidade nos últimos anos (Entrevista 1 e 2), hoje esse cultivo está voltado quase que integralmente para o autossustento familiar. Os entrevistados nos atualizam o panorama apontando ainda que: a) o cultivo convencional do feijão, do milho e da soja são comercializados para mercados locais que revendem para as grandes cooperativas; e b) também há na comunidade famílias que vivem do arrendamento de terras, da aposentadoria e do emprego em madeireiras (para plantio, limpeza ou corte) da região e em obras da empresa Itajui (o entrevistado 1 e 2 citaram conhecer aproximadamente 10 pessoas que estão trabalhando para esta empresa no estado de Santa Catarina).

**Tabela 2:** Dados referentes às opções de uso de solo para as principais culturas

Opções de uso do solo	Nº propriedades	Área média de plantio (ha)	Renda média anual	Renda por hectare
Fumo	12	2	25.000,00	12.500,00
Soja	4	9	12.700,00	1.411,11
Hortaliças	6	0,5	6.000,00	12.000,00
Eucalipto	1	2	3.333,33	1.666,67
Erva Mate	3	2	3.600,00	1.800,00
Milho	11	2	2.480,00	1.240,00
Feijão	12	1	1.700,00	1.700,00

Fonte: Moreira (2015, p. 93)

Nosso foco se direciona, então, para essa parte das famílias que irá, uma vez mais, resistir ao processo de desterritorialização camponesa que o avanço do capital no campo busca, renovadamente, provocar, vinculando-se ao sistema integrado imposto pela indústria fumageira. Uma parte bem menor das famílias persistirá e r-existirá por meio da agroecologia. Assim, no movimento espiral da construção dos repertórios de ação da comunidade Arroio Grande temos as duas situações: resistência e r-existência camponesa.

### **DEGRADAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO: RESISTINDO PELA FUMICULTURA**

A resistência pela via da integração e subordinação não é uma estratégia camponesa restrita ao caso estudado. A pesquisa de Oliveira e Feliciano (2018) sobre a integração dos camponeses do assentamento São Paulo, na região do Pontal do Paranapanema (SP), demonstra isso: “A investigação tem como consequência a revelação do processo de trabalho do campesinato no processo de trabalho desenvolvidos no assentamento, como forma de resistir se subordinando ao desenvolvimento capitalista no campo, que neste caso se apresenta a partir da integração a indústria de conservas de pepinos” (OLIVEIRA; FELICIANO, 2018, p. 1).

Para resistir no campo, algumas famílias da comunidade Arroio Grande se integram aos imperativos da indústria fumageira e isso significa submeter-se a um trabalho degradado e subordinado. A degradação e a subordinação se apresentam para o agricultor via o “sistema integrado” do tabaco, com seu pacote tecnológico e presença de empresas ligadas ao mercado internacional, que resultam em fortes amarras contratuais, contaminação e degradantes condições de trabalho. “O Sistema Integrado, embora garanta a compra do tabaco produzido pelo agricultor, impõe a utilização de um pacote tecnológico, como sementes e agrotóxicos, um processo e trabalho pré-determinado e pouca autonomia para classificar e vender seu produto pelo melhor preço.” (MURAKAMI et al., 2017, p. 513).

Nossos entrevistados citaram a presença de vínculo na comunidade com as seguintes empresas: Souza Cruz (subsidiária da British American Tobacco – BAT, a maior e mais influente companhia de tabaco do Brasil), Meridional de Tabacos Ltda. (junção da indústria de cigarros francesa Seita e da terceira maior exportadora de fumo em folhas do mundo a norte-americana Standard Commercial Corporation), Universal Leaf Tabacos (líder

mundial no processamento e comércio do fumo em folhas e principal fornecedora da Philip Morris Brasil), CTA - Continental Tobaccos Alliance (empresa associada à norte-americana G.F. Vaughan Tobacco Co. Inc.) e Premium Tabacos do Brasil<sup>9</sup>.

Segundo Almeida, o domínio da cadeia produtiva por parte das transnacionais integradoras ocorre via a *definição dos preços*. Para o autor, definir os preços é o mecanismo central para que a indústria do tabaco controle e explore os camponeses, “[...] pois é onde concretamente se define a distribuição de renda gerada na atividade e onde se opera a previsibilidade e a segurança da execução dos contratos de exportação do fumo, *mantendo um número estimado de agricultores integrados por meio do endividamento programado.*” (ALMEIDA, 2005, p. 75, grifos do autor).

A definição dos preços e o endividamento são os principais aspectos que determinam a “integração”. Com o endividamento, o fumicultor se mantém atrelado a esse sistema e, assim, ano a ano ele, inclusive, se obriga a aumentar a produção no intuito de que os resultados o permita sanar suas dívidas. É esse processo que garante a acumulação de capital da empresa. Pesquisa realizada com fumicultores de Ivaí (município próximo de Irati, cuja principal atividade agrícola é a produção de tabaco) apresenta dados representativos desta dinâmica:

Na comunidade Torres Canavial, 100% dos produtores entrevistados possuem dívidas, a grande maioria, 87%, com a indústria fumageira ou bancos. Apesar ou paradoxalmente em consequência do endividamento, 80% dos produtores responderam que pretendem aumentar a área plantada para a safra 2015. (RIBEIRO; IKUTA, 2015, p. 48).

Na comunidade Arroio Grande, o agricultor G., que vivenciou com a prisão o processo de criminalização citado anteriormente, hoje divide sua pequena propriedade para conciliar o cultivo de hortaliças orgânicas com a fumicultura. Ao se referir às dificuldades encontradas na fumicultura ele aponta que: “tem várias, a questão do excesso de trabalho e dos preços, das classes que inventam para pagar barato a produção do produtor. Muitas vezes trabalham o ano todo, mas os pedidos ficam caro e os preços ficam baixo e não pagam o custo” (Entrevista 2).

Silvana Moreira, que também pesquisou a comunidade Arroio Grande, corrobora a presença de tais processos de subordinação do agricultor à indústria do tabaco apontando

---

<sup>9</sup> O detalhamento das informações sobre as empresas fumageiras foram extraídas de Almeida (2005, p. 26).

que: “[...] vários elementos negativos são relatados na parceria empresa agricultor, como a exigência do uso de agrotóxicos determinados pela empresa, a falta de controle sobre juros dos empréstimos e a possibilidade de “arresto” (MOREIRA, 2015, p. 102).

Mediante o peso da atividade fumageira para a economia nacional<sup>10</sup> (1,2 bilhão de dólares em exportação na safra 2003 – AFUBRA, nov. 2004) e doméstica (mais de 190 mil famílias lidando com fumo – AFUBRA, nov.2004), em sua pesquisa Almeida (2005) discorre sobre um conjunto de violações de direitos dos camponeses que trabalham no sistema integrado com as transnacionais do fumo.

Desenvolvida em pequenas propriedades familiares, a cultura do fumo resulta na mais arcaica forma de servidão, numa quase escravidão, pois o produto tem valor, e o trabalho para produzi-lo não. O “pacote tecnológico” das transnacionais do fumo induz à obtenção do crédito por intermédio do aval das fumageiras junto às instituições bancárias e ao próprio governo federal, orienta e financia a compra dos insumos (fertilizantes, agrotóxicos e outros), tolhe a liberdade dos agricultores ao obrigá-los à comercialização dirigida da safra, bem como desvirtua a classificação do produto e, assim, escorcha a renda do agricultor conforme seus próprios interesses definidos pelo mercado internacional, além de eximir as fumageiras de quaisquer responsabilidades trabalhistas. (ALMEIDA, 2015, p. 149).

Merece total atenção a questão dos agravos à saúde dos agricultores que trabalham no fumo. São vários os estudos que demonstram os efeitos destrutivos dos agrotóxicos para os camponeses (ABRASCO, 2015; RIGOTTO, 2011; PIGNATI, 2007; BOMBARDI, 2012). E no caso dos produtores de fumo, a toxicidade da própria nicotina soma-se à epidemia silenciosa e violenta dos agrotóxicos. Almeida (2015) aponta a existência de danos sociopsicológicos dos pequenos agricultores e o quadro de suicídios acima da média nas regiões produtoras de fumo. Pinheiro, a partir de um estudo sobre o câncer na região dos Campos Gerais do Paraná, alerta para a inexistência de informações e a subnotificação como desafios a serem vencidos.

O Instituto Nacional do Câncer - INCA (2012) afirma que o câncer ocupacional é considerado uma forma de toxicidade prolongada em seu curso clínico e desfecho, que ocorrem devido à exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos classificados como cancerígenos, presentes no ambiente de trabalho. Entretanto, não houve nenhuma notificação de câncer advindo do trabalho em toda a séria histórica estudada, situação incoerente com **dados da 4ª RS de que apenas no ano de 2014, 1.126 pacientes da oncologia foram encaminhados para o Hospital Erasto Gaertner, um dos principais hospitais de referência da região.** Contudo diante de tão elevado número referente a um

---

<sup>10</sup> “O Brasil é o maior exportador de tabaco em folhas e o segundo produtor mundial de tabaco, concentrando a maior parte da produção na região Sul do país, onde se localiza cerca de 92,7% da área nacional cultivada por famílias que possuem pequenas propriedades” (DESER, dez.2003:10-15 apud ALMEIDA, 2005, p. 26).

ano, ainda tendo em vista que **a região possui altos índices de trabalhadores agrícolas e muitos destes trabalham com fumo** que proporciona maior contato com produtos cancerígenos, entre outros agravantes, parece pouco provável que não haja nenhuma relação com o trabalho no campo. (PINHEIRO, 2017, p. 3, grifos nossos).

Funcionários e pesquisadores da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (Sesa/PR) – Curitiba (PR) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva – Curitiba (PR), realizaram uma pesquisa sobre intoxicações crônicas por agrotóxicos e a sua relação com o processo de trabalho na fumicultura a partir das notificações de intoxicações agudas registradas no município de Rio Azul (PR), nos anos de 2000 a 2010.

A amostra constituiu-se de 46 indivíduos, a respeito dos quais se estudaram, com uma abordagem quali-quantitativa, sinais e sintomas de intoxicação por agrotóxico, modo de vida configurado pela inserção no trabalho e no consumo e sua correlação com o atual modo de produção. Realizaram-se anamnese com detalhamento da história laboral, exame físico e exames complementares. **Foram identificados transtornos psiquiátricos menores, perdas auditivas neurosensoriais, polineuropatia tardia induzida por organofosforados, configurando 20 casos de intoxicação crônica.** (MURAKAMI et al., 2017, p. 563, grifos nossos).

A pesquisa revela que o modo de vida e o processo de trabalho imposto na fumicultura impactam diretamente a saúde desses agricultores. Nas entrevistas que realizamos, os agricultores revelaram ainda a frustrada experiência de algumas famílias com o cultivo do tabaco orgânico. O agricultor G., assim como outros familiares seus, experimentou por um ano esse cultivo que resultou em perda total da produção (Entrevista 2). Fica aqui o registro da necessidade de futuras pesquisas que tratem do tema.

Não há dúvida de que todo esse processo de degradação, a ausência de políticas públicas para os camponeses e a subordinação da renda e do trabalho dessas famílias de fumicultores é a expressão material da produção destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2004; THOMAZ JÚNIOR, 2010). Todavia, é essa subordinação ao capital a forma em que os produtores de fumo encontram para resistir. A definição de resistência de Scott (2002, p.11) contribuiu para nossa leitura. Segundo ele:

Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores fabris dedicados inteiramente a greves gerais e a protestos. Embora possam ser importantes e sintomáticos, esses eventos nos dizem pouco sobre a arena mais durável dos conflitos de classes e da resistência: a luta mais vital/cotidiana [...]. Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo

não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chama atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes.

Nesse sentido, Scott (2002, p. 12) considera “as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante”. Entre os fomicultores, podemos reconhecer, por exemplo, a relutância em obedecer uma série de regras impostas pelas empresas: os requisitos de segurança e utilização de equipamento de proteção individual (EPI), a proibição do trabalho infantil (que faz parte da cultura camponesa) e as orientações recebidas dos “instrutores” durante as visitas à unidade produtiva com o intuito de oferecer assistência técnica e controlar o trabalho do produtor. Essa “luta prosaica, mas constante”, é a forma de resistência encontrada pelos camponeses. “Entender essas formas corriqueiras de resistência é entender o que grande parte do campesinato faz “entre revoltas” para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo”. (SCOTT, 2002, p. 13)

### **A R-EXISTÊNCIA PELA AGROECOLOGIA**

No cenário atual (2018) a comunidade Arroio Grande possuiu cerca de noventa e sete famílias, segundo os agricultores entrevistados (Entrevista 1, 2 e 3), todavia, a criminalização da Operação Agro-Fantasma cindiu o grupo de agroecologistas antes ali existente. Só nesta comunidade, dois agricultores foram presos injustamente. E eles cumpriam um papel de liderança na comunidade já que estavam à frente da associação. O resultado dessa violência jurídico-política foi o endividamento (pois o pagamento da entrega de alimentos de 2013 não foi efetuada pelo Estado) e o impedimento legal da associação para participar de novos programas sociais. Com esse quadro, o coletivo se desmobiliza e se desmotiva. Hoje, apenas três famílias desta comunidade mantêm seu vínculo com a produção agroecológica<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Algumas famílias, também pertencentes a associação ASSIS, mas que compõem outras comunidades de outros municípios, r-existem organizadas em núcleos regionais formados pela Associação Ecovida de Certificação Participativa da Rede de Agroecologia Ecovida. A força dessa r-existência camponesa local pode ser verificada na realização de ato público de absolvição dos agricultores durante audiência na Câmara de

Duas destas famílias (família do agricultor G. e do agricultor J.) conciliam a produção de alimentos (feijão, beterraba, repolho, cenoura etc.) agroecológicos (em uma área certificada da unidade produtiva) com o cultivo de tabaco. A primeira reinvenção dessas duas foi passar ao cultivo de tabaco orgânico. Após um ano de perda total da produção, elas voltam ao cultivo convencional. No caso dos alimentos, esses são comercializados, pelos próprios agricultores, de porta em porta e com algumas encomendas de antigos consumidores.

Já a família dos agricultores R. e T. se dedicam exclusivamente para a produção de alimentos agroecológicos (in natura e processados). Toda a unidade produtiva deles e a cozinha agroindustrial são certificadas pela Ecovida. É emblemática a r-existência tecida por esta família. Cabe lembrar que em seu histórico há desde a experiência faxinalense, passando pela fumicultura e hoje se reinventando na agroecologia. Além do cultivo diversificado de grãos (arroz, cerca de três tipos de feijão e amendoim), frutas, tubérculos, legumes e hortaliças em geral; desde 2014, a fim de incrementar a renda, a família construiu uma cozinha para processar frutas e preparar panificados orgânicos.

Com a criminalização via a Operação Agro-fantasma e o consequente desmantelamento do PAA na comunidade, a família fica sem uma renda fixa e o marido se vê obrigado a buscar emprego fora da unidade de produção. Mãe (agricultora T.) e filhas (uma delas também com família constituída) assumem, então o cultivo dos alimentos agroecológicos que, em 2014, passam a ser comercializados na feira da universidade via o Projeto de Extensão “Feira Agroecológica”, na UNICENTRO, em Irati. Neste período, o grupo de mulheres da comunidade ainda produzem panificados que também são comercializados na referida feira. Todavia, após alguns meses de participação no projeto, comercializando, mas também participando dos debates realizados junto à feira, a própria agricultora procura o grupo da universidade e aponta que: “se a feira é agroecológica, então os panificados também têm que ser, os consumidores perguntam... irei propor isso às outras mulheres da cozinha, juntas podemos comprar farinha orgânica e mudar toda a produção” (Entrevista 3). O grupo de mulheres rejeita a proposta alegando que isso

---

Vereadores de Irati (ASSESSORIA, 2017). Cabe a realização de outras pesquisas que levantem o impacto que a criminalização aqui referida provocou nessas outras comunidades.

---

encareceria o produto final e não compensaria. Nesse ínterim, o grupo, que já vinha desestimulado com a baixa da demanda desde o fim do PAA, é desfeito.

É neste momento que outra reinvenção da família estudada acontece. Após um ano de economias, constroem uma pequena agroindústria, uma cozinha externa à casa, onde passam a processar os alimentos e adequá-los à produção orgânica: frutas se transformam em polpas, sucos, geleias, doces e cervejas caseiras; e a produção de panificados e macarrões é também toda adequada e certificada pela Rede Ecovida (Associação Ecovida de Certificação Participativa) como orgânica. Apesar da desestruturação do grupo de mulheres da comunidade, a agricultora, ao invés de desistir da produção de panificados, solicita a ajuda da equipe do Projeto para realizar a compra de farinhas e outros ingredientes orgânicos e adequar a sua produção. Posteriormente, o Projeto consegue proporcionar uma oficina de produção de panificados orgânicos com uma profissional da região e a diversidade e a qualidade de alimentos é aumentada.

A agricultora aponta que desde os seus dez anos de idade produz pães e bolachas, todavia, na vida adulta, passou por vários cursos de panificação e pela experiência de produzir em grupo e nas grandes quantidades exigidas para atender, por exemplo, o PAA. Todavia, para produzir pães, broas, *cookies*, pastéis assados e vegetarianos, todos **orgânicos**, foi preciso uma abertura para essa novidade, isto é, foi preciso mais uma vez se reinventar, se colocar disposta a tal adequação, somando os conhecimentos anteriores aos novos.

Para r-existir via a agroecologia, a agricultora T. também reinventou sua comunidade de pertencimento. Ela soube somar à sua bagagem, ao que pré-existiu, a experiência, que viveu em sua própria comunidade, de uma agroecologia possível a partir de um coletivo. E hoje, sua rede de apoio e de reconhecimento, assim como suas ações políticas são construídas no convívio cotidiano com as outras comunidades com as quais ela se agrega. Nesse sentido, são relações junto: à feira; ao grupo de agricultores da certificação participativa do qual hoje pertence; aos/as milhares de agricultores/agricultoras espalhadas pelo Paraná e mesmo de outros estados e países da América Latina, que se encontram nas feiras de trocas de sementes<sup>12</sup> e na Jornada de Agroecologia - “quando a gente está na Jornada, a gente percebe que não está sozinha!” (relata a agricultora); aos

---

<sup>12</sup>Como expressão de mais uma ação de r-existência ao acirramento da tentativa de controle genético e privatização da biodiversidade pelo agronegócio e pelas corporações nacionais e internacionais, se multiplicam as feiras e festas locais e regionais dos chamados guardiões das sementes crioulas.

detentores de ofícios tradicionais de saúde popular; ao público universitário e aos consumidores com os quais semanalmente troca saberes e reforça o sentido da sua prática agroecológica. A agricultora explica, assim, sua r-existência: “eu continuo [na agroecologia] porque sinto que vale a pena!”

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008, p. 47) nos ajuda a compreender os repertórios que esta família constrói junto a tantas outras famílias camponesas que r-existem a partir da agroecologia: “[...] mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo”.

Para compreender essa r-existência pela agroecologia é preciso ainda considerar que o modelo de agricultura hegemônico é pautado por um Estado que facilita os imperativos do capital a partir da criação e recriação de um conjunto de mecanismos para controlar, explorar e subordinar o campesinato e toda a classe que vive do trabalho. Há uma constante ofensiva sobre o acesso à terra (o principal meio de produção camponês) e sobre as coletividades e as formas de organização popular construídas pelos movimentos sociais.

Não é objeto deste texto, mas cabe sinalizar que a questão fundiária não é menos importante, ao contrário, ela é um problema historicamente estrutural. Os faxinais, ao se basearem no uso comum da terra e de seus recursos, apresentam uma forma de organização comunitária que dilui a lógica da propriedade privada da terra. “Os faxinais criam seus animais em terras que, embora algumas sejam propriedades particulares, o uso para o apascento é comum” (BARRETO, 2013, p. 14). Assim, quando o modelo da modernização conservadora com a fomicultura e a produção de grãos se hegemoniza na comunidade Arroio Grande e a identidade faxinalense deixa de ser afirmada coletivamente, o primeiro sinal desse processo é a incorporação da lógica da propriedade privada. A retirada dos mata-burros e o cercamento das áreas, são, então, os símbolos e os entraves concretos para que o uso comum e com ele, a coletividade, sejam dissolvidos. A individualidade, a privatização da terra, esfaca também o sentido do coletivo, do comunitário nas relações.

A criminalização da Operação Agro-Fantasma, é mais uma ofensiva à coletividade que a comunidade vinha recuperando e que também reitera a lógica privada da terra. Expliquemos por meio do relato da agricultora T. que nos aponta que sua maior dificuldade hoje é a terra: “minha família e meus vizinhos plantam ou alugam pro fumo ou

pro milho... aí por causa do veneno deles, eu não posso usar toda a minha terra para plantar, tem parte que a barreira sozinha não dá conta. A terra já é pequena e não podemos usar tudo. Eu queria plantar mais coisas, ter mais diversidade ainda, mas não dá” (Entrevista 3).

Ou seja, para essa família agroecologista, falta terra, falta política pública, falta recurso e hoje falta também a coletividade dentro da comunidade. Mas, como apontamos acima, eles reinventaram a rede de apoio, de reconhecimento, de identidade para além das suas cercas: a troca de saberes, a solidariedade, a criatividade e a identidade a partir dos princípios da agroecologia<sup>13</sup> não deixaram de compor os repertórios de ação que os possibilita continuar negando a subordinação e a degradação do cultivo do fumo.

Nessas trocas para além da cerca, essa família, que também busca na agroecologia a saúde e o cuidado com a vida, se soma às ações de luta de outros sujeitos e passa a disseminar práticas de cura popular, como a bioenergia e a massagem neuromuscular, com as quais eles cuidam da própria família e da comunidade que constantemente os procuram para tratar suas dores e enfermidades com as plantas medicinais, com suas mãos, palavras e atos de apoio.

Reconhecemos também as práticas de saúde popular como mais uma ação política que compõe os repertórios dessas famílias. Repertórios que foram construídos na articulação com outros sujeitos em ação, a exemplo do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA) que surgiu no 1º Encontro Regional de Benzedeiros, Benzedores, Curandeiras, Remedeiras e Remedeiros, Costureiras e Costureiros de Machucadura e/ou Rendidura, e Parteiras em Irati no ano de 2008, onde detentores de ofícios tradicionais de saúde popular organizaram o movimento social. Como nos últimos anos os conflitos com os setores ligados ao agronegócio aumentaram, os detentores de saberes tradicionais de cura, também “estão se organizando e se consolidando em torno de identidades coletivas” (DALLAGNOL; LIMA; MIOTTI, 2015, p. 1). O desmatamento, a secagem e a contaminação por agrotóxicos das áreas onde são extraídas as plantas e onde estão os recursos hídricos utilizados para a cura, são alguns dos conflitos que se acirraram mais recentemente e que se somam ao histórico conflito da perseguição (pela igreja ou pelos

---

<sup>13</sup> Não é objetivo deste texto explorar a concepção de agroecologia e suas perspectivas enquanto conhecimento científico. Para este debate, acessar: Altieri (1989), Gliessman (2000), Caporal e Costabeber (2004), Petersen et al (2017), Sarandón e Flores (2014).

órgãos de saúde), “que enquadram as práticas como exercício ilegal da medicina” (DALLAGNOL; LIMA; MIOTTI, 2015, p. 1). As diversas ações de luta do MASA resultaram na “aprovação de leis municipais que reconhecem os ofícios tradicionais de saúde popular e regulamentam o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas no município, ainda que estejam em terras particulares de terceiros”.

O encontro e a troca de saberes entre pessoas envolvidas com agroecologia, benzimento, bioenergia, reiki etc. tem sido frequentes nos eventos e nas festas que realizam oficinas, cursos, palestras e atos públicos que articulam reivindicações e ações pela defesa da saúde, da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar para o campo e para a cidade.

Como vemos, a reinvenção não se limita à prática produtiva, ela permeia todos os âmbitos da vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos repertórios de ação da comunidade rural Arroio Grande verificamos a existência de duas formas de enfrentamento dos conflitos gerados pelo avanço do capital no campo: a resistência e a r-existência camponesa.

Os camponeses fumicultores, apesar de possuírem os meios de produção, não têm o controle do processo produtivo, ao contrário, eles passam a ser “funcionários” precarizados da indústria do tabaco por meio de contratos de integração que não permitem nenhum nível de autonomia, além de degradar os agricultores em um trabalho extenuante, contaminante e que ignora os saberes acumulados por séculos. Todavia, neste cenário de desvantagem estrutural e reiterada ofensiva do capital, mecanismos para burlar e relutar contra as imposições das empresas capitalistas do fumo, compõe a luta cotidiana, travada quase sempre individualmente, mas com constância. Essa é a forma de resistência encontrada pelos camponeses fumicultores.

Por sua vez, os camponeses agroecologistas, para além da prática de uma agricultura alternativa, em última instância, se somam a outros sujeitos e movimentos sociais na tecitura de repertórios de ação política que tem como horizonte a construção de um projeto popular de sociedade. Nesse sentido, a negação da lógica subalternizante do capital está presente na maior autonomia que os camponeses procuram ter por meio da reinvenção de formas que assegurem o controle das técnicas produtivas, dos insumos (por exemplo, via a manutenção da cultura do cultivo das sementes crioulas) e da organização

do seu tempo de trabalho e de ócio. Essa é a forma de r-existência encontrada pelos camponeses agroecologistas.

## REFERÊNCIAS

ABRASCO, **Dossiê**. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco\\_2015\\_web.pdf](http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)>. Acesso em: 12 ago 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto M. de (orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

ALMEIDA, Guilherme E. G. **Fumo**: servidão moderna e violação de direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AUER, Marcelo. Com prisões, Moro prejudicou o combate à fome. In: **Marcelo Auler repórter**. Disponível em: <<https://marceloauler.com.br/com-prisoos-moro-prejudicou-o-combate-a-fome/>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

AULER, Marcelo. Moro desmontou agricultura familiar: prisões decretadas pelo juiz afetaram programa que distribuía orgânicos a necessitados. **Jornal do Brasil**. Curitiba, 13 ago. 2018. Disponível em: <<http://jb.com.br/pais/noticias/2018/08/13/moro-desmontou-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TERRA DE DIREITOS. Agricultores são inocentados de acusação de desvios no Programa de Aquisição de Alimentos. **Terra de Direitos**. Curitiba, out. 2017. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/agenda/agricultores-sao-inocentados-de-acusacao-de-desvios-no-programa-de-aquisicao-de-alimentos/22636>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BARRETO, Marcelo. **Territorialização e tradicionalização**: refletindo sobre a construção da identidade faxinalense no Paraná. São Paulo: [s.n], 2013. 225f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 42-62.

CAPORAL F. R e COSTABEBER, J.A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DALLAGNOL, André. H.; LIMA, Rafaela p. de; MIOTTI, Caio. Saberes tradicionais de cura fortalecem a identidade das Benzedeadas. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Curitiba, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/23/saberes-tradicionais-de-cura-fortalecem-a-identidade-das-benedeadas.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ESCOBAR, Arturo. Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: la diferencia de Abya Yala/Afro/Latino-América. **Intervenciones en estudios culturales**, 2016, n. 3, p. 117-134.

FARFÁN, Nicolás Armando; GUZMÁN, Lorena López (orgs). **Ciencia, compromiso y cambio social** - Orlando Fals Borda: antología. Buenos Aires: El Colectivo/Lanzas y Letras/Extensión Libros, 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOREIRA, Silvana dos Santos. **A terra onde construímos nossas comunidades**. Irati: [s.n], 2015. 124f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.

MURAKAMI, Yumie; Nanci Ferreira Pinto; Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque; Paulo de Oliveira Perna; Adriana Lacerda. Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 563-576, abr-jun 2017.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 30, Número 2 Maio/Agosto, 2015.

OLIVEIRA, Luciano B. de; FELICIANO, Carlos A. Subordinação e resistência camponesa na disputa territorial no Pontal do Paranapanema: o caso dos “*integrados ao veneno*” na produção de pepinos para conserva. In: **Anais...** Jornada do Trabalho, 19ª. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018.

- PETERSEN, P. et al. **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia e AS-PTA, 2017.
- PIGNATI, W.A. Acidente Rural Ampliado: Casos das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 12, n.1. 2007. p. 299-311.
- PINHEIRO, Jully Karen. Características das notificações dos agravos em saúde do trabalhador na região dos Campos Gerais do Paraná. **Anais...** Semana de integração, pesquisa, ensino e extensão. Irati: UNICENTRO, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECENÑA, Ana Esther (org.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008, p. 37-52.
- PRADO, Keyla C. P. **O desenvolvimento comunitário em comunidades camponesas: possíveis contribuições da tecnologia social**. Irati: [s.n], 2015. 113f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.
- RIBEIRO; Daiane K.; IKUTA, Fernanda K. Degradação e subordinação do trabalho na fumicultura: o caso da Comunidade Torres Canavial (Ivaí-Paraná). **Revista Pegada** – v. 16, n. especial, p. 41-53, mai. 2015.
- RIGOTTO, R. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe-Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.
- SARANDÓN, S.J. e FLORES, C.C. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- TABAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRIDANDE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 399 – 426.
- TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais no Paraná: as terras de uso comum**. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2008.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JUNIOR, A; FRANÇA JUNIOR, L B (org.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. 1. ed. Presidente Prudente: Centelha, 2010. p. 176 - 216. v. 5.

Submetido em: julho de 2018.

Aceito em: setembro de 2018.